

# O ambiente externo ao Plano Real

---

Antonio Carlos Fraquelli\*

## 1 - O Brasil busca o caminho?

O Plano Real completou três anos e busca o caminho para o Primeiro Mundo. A história recente da economia brasileira não registra um acontecimento dessa natureza, porque todos os programas de estabilidade econômica lançados desde os anos 80 não apresentaram resultados duradouros. Na verdade, ocorreram diversas tentativas frustradas, que agravaram ainda mais a debilitada situação da conjuntura nacional e que levaram o País à convivência com a superinflação.

Atualmente, o ambiente interno é outro: as restrições estruturais permanecem, mas os agentes econômicos estão vivenciando uma experiência inusitada, qual seja, a de planejar as suas atividades em um horizonte de médio prazo. Sabidamente, essas condições não são aquelas do Primeiro Mundo, porém é inegável que a corrida desenfreada contra o relógio passou à medida que a inflação adormecia. Logo, se a "imagem está congelada", ou se deslocando em *slow motion* no contexto interno, direciona-se a atenção para o ambiente externo, visando identificar as principais alterações ocorridas no período 1994-96.

Neste artigo, procura-se descrever a conjuntura do Primeiro Mundo tentando-se identificar, pontualmente, as principais questões que mereceram a atenção das autoridades econômicas à medida que se dá a transformação na ordem econômica internacional. Busca-se pinçar aquelas questões que estão acontecendo lá fora e que certamente interessarão aqui

---

\* Economista, Técnico da FEE e Professor da PUC-RS.

dentro, principalmente depois, quando houver uma sincronia maior entre os passos da economia nacional e as decisões políticas internas com o desenvolvimento dos fatos econômicos no Exterior. O foco recai sobre as três maiores economias mundiais por uma questão de simplificação, já que a globalização traz consigo um processo de integração das economias nacionais, que faz da tarefa proposta uma pequena contribuição para se compreenderem parcialmente as mudanças em curso na parcela mais importante do PIB mundial. À medida que se avança dos Estados Unidos para o Japão e, posteriormente, para a Alemanha, é necessário visualizar a Associação das Economias dos Países do Pacífico (APEC) e a União Européia, blocos estes que exercem funções vitais na conjuntura de 1995 e dos anos seguintes.

Pela complexidade do tema, utiliza-se a conjuntura norte-americana a partir de 1994, cumulativamente com o quadro japonês desde 1995 e com o contexto alemão em 1996, para abranger alguns dos tópicos aparentemente mais importantes do cenário mundial deste fim de século. Simultaneamente à narração dos eventos, são acrescentadas, sempre que possível, algumas informações pertinentes ao Brasil, para que o leitor possa balizar os rumos das economias das nações envolvidas à luz do que acontece em seu país.

## **2 - Os Estados Unidos isolam-se na liderança?**

Enquanto o Brasil perdia um decênio e iniciava um novo período de tentativas e erros no combate à inflação — o Plano Collor I inseria-se nesse contexto —, os anos 90 encontraram a população norte-americana numa espécie de isolamento na liderança mundial paralelamente à presença de duas conjunturas econômicas totalmente distintas: a do fel e a do mel. A primeira associada à recessão do início da década, e a outra marcada pela bonança do crescimento ininterrupto posterior. Constituíram duas situações que surpreenderam, porque definiram situações extremas para os Estados Unidos em particular e para o Mundo em geral.

Efetivamente, o quarto período sucessivo de gestão republicana ter-se-ia concretizado se, dentre outras causas, a economia norte-americana não tivesse enfrentado a recessão do verão de 1990. Bush pensava em um segundo mandato — como havia acontecido com Reagan — e em consolidar a administração conservadora na última década do século. Nada

disso aconteceu: a façanha de vencer a guerra no Golfo Pérsico deu projeção internacional e sobrevida política ao Presidente, porém a incompetência em equacionar as questões da economia do seu país levou os eleitores a optarem por Clinton, um nome que surgiu das urnas com o respaldo débil de ter administrado um estado e de apresentar uma proposta alternativa àquela do partido no poder. Clinton começou a sua gestão com uma expectativa muito grande de parte da população, mas logo vieram a público as discussões em torno de Whitewater e de Paula Jones, e a popularidade do jovem Presidente despencou.

A recessão norte-americana do início desta década foi diferente das anteriores, porque durou mais, gerou um contingente maior de desempregados, e a recuperação da economia foi extremamente lenta. Ao final de 1992, começaram a surgir os primeiros indicadores da vitalidade da economia: a produtividade dos trabalhadores não agrícolas havia crescido 2,8% no ano, o que se constituía em um recorde para os últimos 20 anos. Tudo por conta de um desempenho excepcional no último trimestre do ano, quando aquela produtividade cresceu 4,8%, associada a uma recessão que havia levado as empresas à redução do pessoal. Mesmo assim, a situação permanecia crítica para o setor empresarial, que enfrentava dificuldades para se adequar à nova realidade, o que ficou evidenciado pelos prejuízos — medidos em bilhões de dólares — apresentados por grandes empresas norte-americanas.

Clinton começou com um plano que visava retomar a atividade econômica via gastos com estradas e com estímulos às pequenas empresas. Ele propunha aumento das alíquotas do Imposto de Renda e do Imposto sobre o Consumo e decréscimo nas despesas através de reduções de pessoal, da função defesa e do programa espacial. O objetivo do novo governo consistia em elevar o nível do emprego em 500 mil postos de trabalho até o ano de 1994 e em reduzir o déficit público. Convém lembrar que Bush havia duplicado o déficit público, tomando como base a Administração Reagan.

Em novembro de 1992, o Departamento de Comércio anunciou que a locomotiva norte-americana começava a se movimentar, e isso realmente veio a acontecer paralelamente à posse do novo Primeiro Mandatário, ocorrida em 20 de janeiro de 1993. Foram 12 anos de domínio republicano no campo político que se esvaíram sem que os Estados Unidos conseguissem consolidar o novo papel que a globalização lhes reservou.

No primeiro ano do novo governo, o NAFTA foi aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos, completando o "mosaico" que iria constituir o pano de fundo da nova realidade econômica da América do Norte. Mesmo assim, a fase do fel prosseguiu até que se concretizasse a derrota democrata nas eleições de meio termo.

No âmbito político, Clinton vivenciou o pior momento da sua gestão ao sofrer uma derrota que parecia tolher a sua caminhada para um segundo mandato. Os republicanos, liderados por Newt Gingrich, obtiveram, no outono de 1994, a posse da maioria das duas Casas Legislativas, após 40 anos de supremacia democrata. O novo Presidente da Câmara dos Representantes, um republicano eleito pelo Estado da Georgia, teve uma carreira muito tumultuada. Ex-Professor de História, Gingrich realizou três tentativas — em 1974, 1976 e 1978 — para eleger-se e conseguiu-o apenas na última oportunidade, quando venceu a candidata liberal Virgínia Shapard. Posteriormente, perseguiu obcecadamente o comando sobre o Poder Legislativo e obteve-o através de um processo intrincado, que levou a direita norte-americana a uma posição de destaque jamais imaginada entre os seus próprios filiados. Segundo os seus aliados, ele iria realizar a salvação da civilização ocidental. Gingrich ocupou, a partir de 1986, a Presidência de um comitê republicano, pregou o pensamento conservador, defendeu a economia de mercado, assumiu a posição de guru em um grupo de republicanos — identificados como a **Conservative Opportunity Society** —, exigiu a aplicação do código de ética eleitoral e utilizou uma cadeia de televisão para projetar-se e treinar conservadores para propagarem as suas idéias. O seu alvo foi sempre o Estado assistencialista, e, para combatê-lo, julgava necessária uma revolução: o Contrato com a América, contendo as reformas política e da previdência e um equilíbrio nas finanças públicas. Clinton tinha um problema a mais em sua agenda: a convivência com o Contrato com a América dos republicanos.

Naquela época, o Plano Real era lançado aqui no Brasil. O PIB brasileiro era estimado em US\$ 554 bilhões contra US\$ 6,65 trilhões do Produto norte-americano, uma diferença superior em 12 vezes, segundo dados divulgados pelo **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1996**. O Brasil, que havia lançado anteriormente o Fundo Social de Emergência e a Unidade Real de Valor, partia para a terceira fase do Programa de Estabilização Econômica, a criação do real. A maior economia latino-americana jogava-se, dessa forma, em mais uma tentativa de estabilizar a sua moeda e integrar-

-se de vez à nova ordem econômica. Ao mesmo tempo em que o Brasil introduzia a sua nova moeda, os Estados Unidos passavam a conviver com indicadores econômicos que sinalizavam a formação de uma nova conjuntura. Começava a reverter-se a situação do início da década, criando-se um ambiente mais promissor para o final do século. O PIB cresceu no terceiro e no quarto trimestre de 1994, comparados aos respectivos trimestres do ano anterior, 3,1% e 4,1% respectivamente; o Índice Dow Jones oscilou entre 4.000 e 3.600 pontos em 1994, havendo previsões, segundo Spiers (1995), de que o mesmo poderia crescer no ano seguinte até 5.000 pontos, conforme previam os *bulls*, ou poderia cair a 3.500 pontos, conforme acreditavam os *bears*; o dólar perdeu poder aquisitivo frente ao marco — o dólar norte-americano, que era adquirido por DM\$ 1,75 no início do ano, chegou a estar cotado a DM\$ 1,50 no último trimestre —, e o rendimento dos títulos do Tesouro com prazo de 30 anos elevou-se de 6% para 7% ao ano.

### 3 - O Japão reformula a aliança?

Em 1995, as economias brasileira e norte-americana tomaram rumos distintos: no Brasil, o PIB, que havia crescido 6% em 1994, apresentou uma taxa de crescimento de 4,1% no ano seguinte; nos Estados Unidos, esse indicador passou de um patamar próximo a 2% para 3,5% no mesmo período. Convém lembrar que a base de comparação é inadequada, porque o real ainda não existia na primeira metade de 1994, enquanto na América do Norte os indicadores já haviam absorvido a retomada do crescimento norte-americano, iniciada no final de 1992. Para uma compreensão do ambiente na conjuntura econômica do Primeiro Mundo, é imprescindível inserir o Japão no contexto. Por comodidade de apresentação, conforme foi explicado na primeira seção deste artigo, visualiza-se o Japão a partir de 1995, quando o Plano Real comemorava o seu primeiro aniversário. Isso não impede que se faça uma rápida consideração da história daquele país.

O Japão e os Estados Unidos passaram a formar uma aliança a partir do Pós-Guerra, quando a indústria norte-americana estava ileso frente a um mundo destroçado. Gyohten (VOLCKER, GYOHTEN, 1993) afirma que o Presidente Truman e o Primeiro Ministro Shigeru Yoshida formularam uma aliança no início da década de 50 em que o primeiro — o guardião —

ficava com a liderança em assuntos de alçada internacional, enquanto o Japão — o seguidor — recebia livre acesso à economia internacional. Essa posição de tutor estava presente no empréstimo de algo equivalente a US\$ 25 bilhões para recuperar a Inglaterra e, posteriormente, nos 2% do PIB para recuperar a Europa. Volcker (VOLCKER, GYOHTEN, 1993) identificou essas duas iniciativas — Inglaterra e Europa — como o Grande Acordo Anglo-Americano e o Programa de Recuperação Européia. Os Estados Unidos e a Alemanha já exerciam a liderança mundial antes da Primeira Guerra Mundial, um papel outrora ocupado pela Grã-Bretanha nos termos citados em Williamson (1991). No período entre-guerras, o Produto real *per capita* do Japão e o dos Estados Unidos cresciam anualmente a taxas de 1,7% e 0,6% respectivamente. A derrota da frota nipônica em Midway, considerada imbatível desde a vitória da guerra russo-japonesa de 1904, o bombardeio a Tóquio, a chegada dos norte-americanos, o período sob intervenção e o desenvolvimento dos fatos a partir do início dos anos 50 transformaram o Japão feudal do século passado para a nação pujante da atualidade. Depois, com o “milagre japonês”, o Produto real *per capita* daquela importante economia asiática avançou à taxa de 6% ao ano no período 1950-90.

Depois de crescer à taxa de 4,1% ao ano entre 1980 e 1992, o Japão passou a conviver com a recessão mundial com algum atraso. Quando a economia estava pronta para superar aquela crise, veio o terremoto da Cidade de Kobe, localizada em Kinki, uma das cinco regiões que formam a ilha Honshu, a maior entre todas aquelas que constituem o País. Naquela ocasião, Kobe era o sexto maior centro urbano japonês, possuía 1,5 milhão de habitantes e tinha a sua economia voltada para uma estrutura industrial diversificada. O terremoto tardou um pouco mais a saída do Japão da recessão que afetava o Primeiro Mundo, e, quando isso realmente aconteceu, a economia daquele país poderia ser analisada à luz da sua inserção na APEC.

Assim como o Brasil e os Estados Unidos vivenciam experiências com o Mercosul e com o NAFTA, o Japão mantém-se estrategicamente na APEC, de onde emerge um milagre de crescimento econômico. Kodera (1995) e Hara (1995) discutem a razão de tanto crescimento no Leste Asiático e seguem rumos distintos nas suas explicações sobre o fenômeno. Para fins de comparação com o que acontece no Brasil, o fato concreto é que um

conjunto de oito países — Japão, Cingapura, Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Malásia, Tailândia e Indonésia — cresceu três vezes mais do que a América Latina no período 1960-93. Koderá (1995) apresenta duas explicações: a neoclássica e a revisionista. A primeira enfatiza o desenvolvimento das competitividades doméstica e internacional, da orientação para as exportações e dos volumosos investimentos em educação; a última atribui o mérito alcançado à criação de subsídios e incentivos na política econômica governamental, com vistas às indústrias que possuíssem chances de competição. Ao produzir o informe para 1993, o Banco Mundial estava entre as duas visões: uma intervenção governamental cautelosa estava associada a elevados desempenhos nas economias. Atualmente, raciocina Koderá (1995), há alguns obstáculos para o Leste Asiático: (a) os países ricos que abriram as suas economias à indústria da Ásia não conseguirão manter o padrão dos últimos anos; (b) os blocos econômicos podem passar a representar protecionismo; e (c) a OMC pode evitar a intervenção governamental seletiva. Hara (1995) crê que as explicações anteriores são insuficientes para demonstrar o que ocorre na Ásia, porque não levam em conta os fatores históricos e culturais. O que está acontecendo é que o núcleo central da atividade econômica mundial, que estava localizado na Ásia até o início do século XVIII, está retornando às suas origens. Esse retorno se dá no período pós-industrial, sustentado por redes de informações e de finanças que permitiram a integração da economia regional ao capitalismo global. O que levou o Leste ao crescimento foi a utilização de redes por parte de comerciantes chineses no Exterior, que sincronizaram a atividade regional com a globalização. No cerne desse processo está o Japão, com toda a desenvoltura de uma economia que foi arrasada há 50 anos e que nenhum especialista acreditava, conforme lembra Isao (1997), que conseguisse reerguer-se frente a tantas adversidades. Reerguido, vivencia as turbulências políticas inerentes à democracia.

Em 1995, enquanto o Presidente Fernando Henrique Cardoso enfatizava as virtudes de o Brasil possuir uma moeda estável, por ocasião do primeiro aniversário do Plano Real, Hashimoto Ryutaro ocupava o centro do cenário político japonês. Assim como, no Brasil, as reformas estão nas manchetes dos jornais e, nos Estados Unidos, o Contrato com a América de 1994 propugnava pelas reformas política e previdenciária e pelo equilíbrio das contas do governo, no Japão a reforma política de 1994 continuava na

ordem do dia. Foram 71 anos para mudar o sistema eleitoral japonês e constituir o que Matsushita (1997) denominou de "a reforma do século".

Ao final de 1995, enquanto o Brasil começava a apresentar um nível de crescimento menor do seu Produto, o Japão e os Estados Unidos incrementavam o PIB em 1,4% e 2% ao ano respectivamente. A inflação mantinha-se em nível reduzido no Primeiro Mundo; o Japão mantinha um superávit de 2% do PIB em conta corrente contra um déficit de 2% do Produto por parte dos Estados Unidos, e, em termos de contas públicas, os norte-americanos e os japoneses evidenciavam déficits fiscais da ordem de 2% e 3,7% do Produto Interno Bruto respectivamente. Dentro do contexto em que as duas maiores economias mundiais se encontravam, os indicadores sinalizavam perspectivas mais promissoras, porque a recessão mundial e os seus efeitos se transformavam em questões passadas.

O quadro posto à frente das autoridades norte-americanas levou Christopher (dez./1995; jan.-fev./1996), na condição de Secretário de Estado, a reivindicar, para os EUA, a posição de líder mundial. Acredita ele que não deve haver solução de continuidade na caminhada em direção à liberdade e à abertura, condições obtidas após o final da Guerra Fria. Um mundo mais próspero apenas se consolidará com a concretização dos interesses norte-americanos no século XXI, afirma Christopher, porque, se os Estados Unidos não assumirem a liderança mundial, ninguém o fará. Bem mais limitado em suas pretensões, também Volcker (VOLCKER, GYOHTEN, 1993) crê na possibilidade de os Estados Unidos liderarem a nova ordem econômica para evitar que as perspectivas futuras sejam eliminadas. Gyohten (VOLCKER, GYOHTEN, 1993), pelo lado japonês, acredita que nem o seu país, nem os Estados Unidos e nem a Alemanha possuem poder hegemônico para a criação de um sistema de reservas multimonetário, o que torna a posição norte-americana uma mera aspiração frágil. Mesmo assim, não se pode esquecer a presença norte-americana na OTAN e na APEC. Na área da segurança, Clinton conseguiu aprovar em Madri a posição do seu governo de expandir a OTAN; na esfera da integração econômica, os encontros sucessivos da Associação dos Países do Pacífico têm consolidado a posição de liderança norte-americana e colocam na agenda a necessidade de que os Estados Unidos e o Japão debatam a possibilidade da reformulação da aliança existente no passado.

Se norte-americanos e japoneses caminham para definir o alcance e as limitações do papel que ambos exercem na ordem econômica, fica a dúvida



sobre o posicionamento europeu frente a essa conjuntura. Mais especificamente, qual é o papel reservado à Alemanha nesse processo sem precedentes e no qual a economia norte-americana passa por uma fase excepcional — a passagem da fase do fel para o mel — e a China surge como a grande incógnita para o século XXI ?

## 4 - A Alemanha chega ao euro?

Em meados de 1996, o Plano Real comemorou o seu segundo aniversário. Em dezembro, o PIB brasileiro havia crescido 3,1%. Para quem precisa apresentar desempenhos próximos a 7% ao ano, o crescimento de 1996 foi modesto; porém, levando-se em conta que houve queda no PIB *per capita* brasileiro em sete oportunidades no período 1980-93 e que a inflação medida pela média dos principais índices de preços alcançou 2.563,9% em 1993, os resultados do Plano Real em seu segundo ano passaram a ser aceitáveis.

Em 1996, a média dos principais índices de preços evidenciava uma taxa de 9,42% para a inflação brasileira. No mesmo exercício, a inflação medida pelo índice de preços ao consumidor era de 2,9% nos Estados Unidos, de 0,1% no Japão e de 1,5% na Alemanha. Enquanto o crescimento econômico nos três países chegava a 2,4% na América, 3,6% na Ásia e 1,4% na Europa, a preocupação principal a nível internacional concentrava-se no problema do desemprego. Com exceção dos Estados Unidos, onde a taxa de desemprego estava em 5,4% — um nível baixíssimo para os padrões norte-americanos, mas um *handicap* incrível para o Presidente Clinton que pretendia se reeleger —, no Japão, aumentava de 3,1% para 3,3% ao ano e, na Alemanha, de 9,4% em 1995 para 10,3% em 1996. Nos principais países da Europa, verificavam-se taxas de desemprego de 12,4% na França, 12,1% na Itália e 7,5 % na Grã-Bretanha.

Ao contrário dos casos de formação de blocos econômicos na América do Norte, na Ásia e no extremo sul da América Latina — NAFTA, ASEAN e Mercosul —, a integração da Europa vem dos anos 50, com a elaboração do Tratado de Roma, ou de ainda antes, com a experiência do carvão e do aço. Dada essa situação, enquanto os países se reúnem na formação da APEC, a Comunidade Européia expande-se absorvendo a Associação Européia de Livre Comércio (EFTA), resultando em um grupo ainda maior.

A Alemanha ocupa posição de liderança neste último grupo, o que possui maior tradição em termos de integração. Embora o amplo espectro

de diferenças entre as nações que o constituem, o espaço europeu é o exemplo mais bem-sucedido entre todas as experiências levadas a cabo na história recente da economia mundial.

Após a unificação da Alemanha em 1989, de todos os fatos ocorridos na integração europeia, vale lembrar o que se convencionou chamar de terremoto financeiro de 1992. Tendo em vista que o processo de absorção da parte oriental pela Alemanha Ocidental gerava pressões inflacionárias, o Banco Central elevou unilateralmente as taxas de juros no ambiente interno. Considerando que o Mundo vivia em plena recessão, os demais países da União Europeia (EU) ficaram frente ao seguinte dilema: acompanhavam a decisão alemã de elevar as taxas de juros e aprofundavam as suas recessões, ou não procediam dessa forma e conviviam com a fuga de capitais das suas economias. Um dos resultados, dentre tantos outros, foi a impossibilidade de a lira italiana e a libra inglesa se protegerem contra aquela medida e fragilizarem as suas posições frente ao sistema monetário europeu.

Em 1996, a Alemanha tinha um déficit em conta corrente de 0,7% do PIB e um déficit fiscal de 3,8% do Produto alemão. Nas vizinhanças, a França, a Grã-Bretanha e a Itália apresentavam déficits fiscais de 4,1%, 4,4% e 6,8% do PIB respectivamente. Quanto às contas externas, havia superávit em conta corrente de 1,3% do Produto na França e de 3,8% do PIB na Itália, enquanto a situação estava equilibrada na Grã-Bretanha. À frente, existe uma agenda que conduz ao euro, passando pela criação do Instituto Monetário Europeu, pelo Banco Central Europeu e pela Unidade Monetária Europeia. Dificuldades? Como sincronizar as metas previstas em Maastricht com os indicadores obtidos na conjuntura econômica europeia? Um desafio gigantesco associado há uma persistência inabalável.

## **5 - O Brasil consolida o Mercosul?**

Em 1997, o Brasil está comemorando o terceiro aniversário do Plano Real. O Ministro Malan (1997) declarou em 10 de junho, que o País manterá, no quarto ano do Plano Real, "(...) taxas de crescimento sustentado, sem a volta da inflação, combinadas com mudanças na estrutura da economia".

O cenário interno aponta inflação inferior a 7% em 1997, combinada com crescimento econômico em torno de 4%, política cambial com flexibilidade ainda limitadíssima, associada a juros em baixa em diversos graus na

estratégia do *stop and go*. No âmbito das contas correntes e das contas públicas, os déficits persistem, enquanto as reformas avançam lentamente.

A conjuntura brasileira a partir da estabilidade da moeda encaminha-se para uma convergência com a situação argentina. A nova ordem econômica impôs a formação do bloco econômico regional no início dos anos 90; a seguir, uma agenda foi proposta pelo Presidente Bush; posteriormente, em Miami, em 1994, o Presidente Clinton introduziu a ALCA. Essa sucessão de iniciativas tem como contrapartida o Mercosul. Em suma, o que está posto é que os países do extremo sul latino-americano combatem a inflação numa primeira fase, harmonizam as suas políticas econômicas numa segunda e ficam prontos para a harmonização da gerência das suas economias com o Primeiro Mundo numa terceira. Argentina e Brasil cumpriram a primeira fase com o Plano Real aqui e com o Plano Cavallo na Argentina. As dificuldades começam a partir daí.

Os percalços nas caminhadas brasileira e argentina não se restringem a medidas de impacto interno apenas, porque ambas as economias ficaram extremamente sensíveis aos fatos externos. Desde a crise mexicana de 1994 — assassinato da liderança do Partido Revolucionário Institucional (PRI), o episódio de Chiapas e a iniciativa do Ministro Serra de alterar a política cambial —, percebeu-se que as reservas do Brasil, da Argentina e do México, que dão sustentação aos programas de estabilidade econômica, se encontram estreitamente relacionadas. Ou seja, uma eventual crise em um país repercute diretamente nos demais. Em 1997, o México superou a crise de 1994 da Gestão Salinas, mas os ingredientes das adversidades políticas permaneceram e ainda cresceram através dos seguintes fatos: o episódio envolvendo Raul Salinas, irmão do ex-Presidente Carlos Salinas; o surgimento do Exército Popular Revolucionário (EPR); a transparência maior dos fatos relacionados ao narcotráfico; a insatisfação crescente em Chiapas; e a derrota do PRI para Cárdenas nas eleições para a capital mexicana, no dia 6 de julho do corrente ano. Um fato qualquer que gere especulação no México bate na Argentina e rebate imediatamente no Brasil.

Para harmonizar as políticas econômicas entre Argentina e Brasil, supondo-se que não haja novidades no México, é imprescindível que o Plano Cavallo se mantenha no Prata. O surpreendente é que o herói da façanha argentina, o quarto Ministro da Economia na Gestão Menem, aquele que em 1991 lançou a âncora cambial e afastou o país da crise generalizada porque eliminou a hiperinflação que havia derrubado o Presidente Raul

Alfonsín, o mesmo que, em meados desta década, quando surgiu a crise mexicana que todos imaginavam que iria desestabilizar a Argentina via “efeito tequila”, obteve um acordo relâmpago de US\$ 11,800 bilhões com o FMI, comprometendo-se em manter a âncora no mínimo por mais um ano, esse homem conhecido como Domingos Cavallo, é atualmente um adversário de fôlego contra o Governo Menem. Cavallo foi despedido por não ter cumprido as metas previstas para o déficit público; porém a série de denúncias que a antiga autoridade monetária formulou contra autoridades do próprio governo foram efetivamente a razão do seu afastamento.

Essas duas situações — Argentina e México — afetam intensamente a caminhada brasileira. Aqui, a agenda política inclui a possibilidade da reeleição; no México, havia o fenômeno da eleição para o PRI; enquanto na Argentina, o que estava em debate era a possibilidade da re-reeleição de Carlos Menem. Em todas essas situações, há pendências históricas a resgatar, que implicam lentidão no processo decisório; em todas essas situações, há impaciência por parte da sociedade.

## **6 - A China antecipa o futuro?**

De 1998 para a frente, o quadro está repleto de questionamentos, mas há uma certeza: a presença da China na ordem econômica internacional. A título de conclusão deste artigo — que visou descrever o cenário internacional paralelo aos três anos do Plano Real —, é preciso identificar quais são esses questionamentos, excluindo a questão chinesa, e como se altera o contexto mundial a partir da presença dessa parceria tão importante?

Nos Estados Unidos, supõe-se que a transição do fel para o mel se mantenha. A sociedade norte-americana optou por manter o quadro político em que o Executivo fica com os democratas — os liberais —, e o Legislativo permanece com os republicanos. A vitória de Clinton nas últimas eleições exigiu que ele utilizasse uma estratégia de ação que estaria à direita da própria direita. As denúncias de corrupção contra Newt Gingrich abalaram a iniciativa conservadora expressa no Contrato com a América e abriram um espaço considerável para Clinton. Rapidamente, ele agiu e ampliou a OTAN, consolidando, na Cúpula de Madrid, de julho do ano em curso a intrincada situação da segurança internacional. O déficit público despencou a níveis não imagináveis, e a previsão da Divisão do

Congresso Norte-Americano é a de que ele seja reduzido a US\$ 97,1 bilhões no final deste ano contra US\$ 107 bilhões em 1996, que já foi o menor desde 1980. Fora dos Estados Unidos, a inclusão de Ieltsin no Grupo dos Oito (G-8), com exceção das questões econômicas, foi uma medida astuciosa para assegurar que uma âncora se estabelecesse naquele que será o desafio maior que o Mundo há de enfrentar, qual seja, o da transição. Dentro dos Estados Unidos, o *affair* Paula Jones, as denúncias de arrecadação de fundos para o Partido Democrata e fatos afins continuarão ocupando as manchetes dos jornais e exigindo a atenção do Presidente, que usufrui atualmente de uma aceitação acima de 60% de aprovação popular. É preciso evitar que a aprovação se transforme em rejeição nos patamares existentes em meados do seu primeiro mandato. Em suma, no "atacado", Clinton terá de conviver com o fenômeno da transição, a inclusão de um terço da população mundial na ordem capitalista; e, no "varejo", a grande preocupação continuará chamando-se Alan Greenspan, o todo poderoso *chairman* do Federal Reserve (FED), que sistematicamente analisa o comportamento da conjuntura econômica, decide sobre o nível das taxas de juros e defende a tese de que é preciso mudar o cálculo do índice de preços. A tarefa de Clinton resume-se a: externamente, integrar à ordem econômica aquelas nações que estão à margem, sob o manto da segurança acordado na OTAN; e, internamente, manter o quadro de otimismo após um longo período de crescimento, sem que Greenspan eleve os juros e breque o processo em curso.

No Japão, a agenda está densa nos campos político e econômico. Nas eleições de 1995, a Social Democracia foi derrotada num pleito em que o comparecimento às urnas foi o menor da história recente do país. O Primeiro-Ministro da época, o socialista Tomiichi Murayama, perdeu 10 cadeiras das 158 que dispunha do total de 252 cadeiras existentes na câmara alta. O Partido Liberal Democrático (LPD), que representa a visão conservadora no Japão e que esteve no poder durante longo período, havia realizado uma coalizão para retornar ao poder. Nas eleições de 1996, na oportunidade em que estavam em disputa os assentos da Câmara Baixa, o novo Primeiro-Ministro, Ryutaro Hashimoto, viu o seu partido ter uma vitória expressiva de 239 cadeiras num total de 500, mas, mesmo assim, não obteve a maioria. Foi um pleito inusitado, porque, ao mesmo tempo em que numa extremidade o LPD ganhou, mas não levou,

pois não alcançou a maioria, de outro lado os comunistas também cresceram em termos de representatividade. Em 1997, Hashimoto está às voltas com problemas de crescimento econômico e convive com a necessidade de levar adiante reformas estruturais. O crescimento do PIB, que fora de 3,6% em 1996, deve ficar em 2,2% em 1997, segundo projeções do Fundo Monetário Internacional. Ito (1997) lembra que o ano de 1996 foi um momento de exceção desde o início da recessão causada pela valorização da iene, pelo colapso do mercado acionário do decênio passado e pela “bolha” do preço da terra. Há necessidade de reverter o quadro atual, o que implica mudanças estruturais naquelas áreas que foram o ponto forte do país no passado. Ito (1997) especifica quais são as áreas que estão restringindo o crescimento e que devem exigir profunda reflexão dos formuladores de políticas econômicas; são elas: o emprego vitalício, a desregulação bancária, o sistema *keiretsu*, a política industrial, o binômio poupança e investimento e, também, o sistema educacional do país.

Na Alemanha, a situação não tem complexidade menor que aquelas enfrentadas por norte-americanos e japoneses. Há uma agenda para se chegar ao euro, mas proliferam obstáculos que transcendem à coordenação alemã. Internamente, a Alemanha enfrenta as conseqüências naturais do crescimento norte-americano sem inflação, convive com um nível de déficit público levemente acima do acordado em Maastricht, o nível de desemprego é elevado, e há, ainda, a questão cambial decorrente da relação entre marco e dólar. O abandono do marco e a introdução do euro assegurarão um mercado maior aos produtores europeus, principalmente porque a produtividade japonesa — o crescimento da produtividade em dado setor é a mudança percentual anual na relação total da produção pelo total do emprego para o setor — vem caindo de 8,92% ao ano no período 1960-71 para 3,96% a. a. em 1971-81, chegando a 2,88% entre 1981 e 1992, conforme cálculo apresentado por Ito (1997).

Além das dificuldades européias com as metas decorrentes de Maastricht — déficit público, dívida pública, inflação, margem de flutuação da moeda e taxa de juros —, a Alemanha precisa conviver com as mudanças no plano político do Continente. Das 626 cadeiras no Parlamento Europeu, 99 pertencem à Alemanha; 87 é o número atribuído a três países, quais sejam, a França, a Itália e a Grã-Bretanha; a Espanha detém 64 assentos, e daí se seguem as demais nações com menor número. Atualmente, a Itália, com Prodi da centro-esquerda, o Reino

Unido, com Blair do Partido Trabalhista, e a França, com a substituição de Juppé pelos socialistas, alteraram substancialmente a composição do Parlamento do Velho Continente. Os conservadores e os centro-direita mantêm-se em número expressivo, como são os casos da Espanha, da Holanda, da Bélgica, da Suécia, da Áustria e de Luxemburgo, porém as derrotas da direita na França e dos conservadores ligados a Major na Inglaterra levaram ao questionamento da orientação política que tem em Kohl a liderança que pode concretizar o projeto da união monetária.

Por último, mas não menos importante que os demais tópicos abordados anteriormente, cabem duas considerações finais sobre a presença da China no cenário externo paralelo ao Plano Real. A primeira constatação é a de que a globalização leva a China a ser a grande co-participante, junto aos Estados Unidos, da economia do próximo século. A globalização implica produção na Ásia, com capital internacional absorvendo mão-de-obra asiática, e desemprego na Europa e em outros mercados internacionais. A segunda constatação diz respeito à experiência chinesa de gerenciar uma economia socialista com a presença de Hong Kong, uma metrópole capitalista e até recentemente considerada a "jóia da Coroa Britânica". Embora os chineses venham administrando algumas experiências com economia de mercado, é inegável que a absorção de Hong Kong coloca a China no primeiro plano do complexo campo das finanças internacionais. Ao final, persiste a dúvida levantada há bastante tempo entre os norte-americanos: estariam os Estados Unidos preparando um parceiro, ou a América do Norte estaria fortalecendo o inimigo?

## Bibliografia

- CHRISTOPHER, Warren (dez., 1995-jan./fev., 1996). A liderança dos Estados Unidos e as oportunidades norte-americanas. **Política Externa**, São Paulo, n. 4, p. 3.
- CHURCH, George (1996). How fast should the U.S. grow? **Time**, New York : Time, p. 38-40, 15 July.
- DOWD, Ann (1995). The Looming budget battle over medicare. **Fortune**, New York : Time Warner, p. 12, 29 May.

- FIERMAN, Jacklyn (1995). Americans can't no satisfaction. **Fortune**, New York : Time Warner, p. 94-98, 11 Dec.
- HARA, Yonosuke (1995). Capitalismo asiático. **Look Japan**, Tokyo : Look Japan, p. 9-10.
- HITOSHI, Chiba et al. (1997). Los oficinistas de hoy y del futuro. **Look Japan**, Tokyo : Look Japan, p. 2-7, mayo.
- ISAO, Kubota (1997). Detrás del milagro asiático. **Look Japan**, Tokyo : Look Japan, p. 8-9, mayo.
- ITO, Takatoshi (1997). A necessidade de mudanças estruturais na economia japonesa. **Finanças e Desenvolvimento**, Washington, D. C. : FMI, v.17, n.2, p.16-19, jun.
- KODERA, Kiyoshi (1995). La anatomía de un milagro. **Look Japan**, Tokyo : **Look Japan**, p. 8-9, oct.
- KRUGMAN, Paul (1995). Two cheers for the welfare state. **Fortune**, New York : Time Warner, p. 39-40, 1 June .
- LOEB, Marshall (1995). Jack Welch lets filly on budgets, bonuses, and buddy boards. **Fortune**, New York : Time Warner, p. 73-75, 29 May.
- MALAN, Pedro (1997). [online]. Disponível na Internet via WWW.URL: <http://www.fazenda.gov.br/releas5f.html>.
- MATSUSHITA, Hiroshi (1997). Nuevo sistema electoral y reforma política. **Cuadernos de Japón**, Tokyo Japan Echo, n. 10, p. 4-6, Primavera.
- NORTON, Rob (1995). Cheating tomorrow's children. **Fortune**, New York : Time Warner, p. 33, 10 July.
- RICHMANS, Louis (1995). Why profits will keep bombing. **Fortune**, New York : Time Warner, p. 33-35, 1 June.
- SPIERS, Joseph (1995). Who can you trust? The bulls or the bears. **Fortune**, New York : Time Warner, p.54-56, 1 June.
- SPIERS, Joseph (1995). Slowdown now, growth later. **Fortune**, New York : Time Warner, p.25-26, 29 May.
- STAFF of the International Monetary Fund (1994), **World Economic Outlook**, Washington D.C. : IMF, p. 86-97, Oct.
- STEWART, Thomas (1995). After all you've done for your customers, why are they still not happy? **Fortune**, New York : Time Warner, p. 91-93, 11 Dec.



- TACHINARDI, Maria H. (15.6.1997). Cúpula do G-8: em Denver, EUA darão receita para o êxito. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-12 .
- VOLCKER, Paul , GYOHTEN, Toyoo (1993). **A nova ordem econômica**. Porto Alegre : Ortiz. 358 p.
- WILLIAMSON, Jeffrey G. (1991). Productivity and American Leadership: a review article. **Journal of Economic Literature**, Nashville : American Economic Association, n.29, p. 51-68, mar.